

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Concurso – Juiz do Trabalho Substituto da 21ª Região
2ª Etapa – 18 de setembro de 2005
Questões de 1 a 50

DIREITO DO TRABALHO

Questão nº 01

Várias são as formas de retribuição salarial do empregado, e, como tal, é correto afirmar:

- a) o pagamento de comissões não pode ser estipulado por período superior a um mês;
- b) as gratificações só podem ser ajustadas para pagamento mensal;
- c) o pagamento de percentagem não pode ser a única forma de retribuição salarial do empregado;
- d) ao empregado é permitido exigir o pagamento de comissões e percentagens antes mesmo de ultimada a transação que lhe deu origem;
- e) nas transações realizadas que impliquem em prestações sucessivas, torna-se exigível o pagamento das comissões sobre as parcelas não liquidadas, mesmo na hipótese de rescisão do contrato de trabalho por justa causa.

Questão nº 02

As horas *in itinere*, também chamadas de horas de trajeto, estão previstas no nosso ordenamento jurídico. E, de acordo com a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho, em relação a tais horas, é correto afirmar:

- a) serão sempre devidas quando o local de trabalho for de difícil acesso;
- b) não serão devidas quando o transporte, embora fornecido pelo empregador, seja pago, ainda que parcialmente pelo empregado;
- c) quando subsistir transporte público em parte do trajeto, serão remuneradas apenas as horas despendidas no trecho não servido pelo mencionado transporte;
- d) serão deferidas, bastando que o transporte público não seja suficiente;
- e) nenhuma das alternativas acima está correta.

Questão nº 03

A relação de emprego doméstico no Brasil possui disciplinamento próprio, nos termos da Lei nº 5.589/72, e teve o seu elenco de direitos ampliado pela Constituição Federal de 1988. Nesse sentido, é incorreto afirmar que o empregado doméstico:

- a) não faz jus à licença paternidade;
- b) não está coberto pela estabilidade da gestante;
- c) não tem direito ao adicional noturno;
- d) não é beneficiário do salário família;
- e) não está coberto pelo seguro desemprego, pois depende de outros requisitos complementares;

Questão nº 04

Em vista do princípio tutelar, o sistema jurídico laboral está dotado de vários mecanismos de proteção ao salário. Sendo assim, é incorreto afirmar que:

- a) não se permite o pagamento em utilidades que correspondam a mais de 70% do salário;
- b) o limite de 70% para pagamento de salário em utilidades poderá ser ultrapassado quando a parte excedente corresponder às parcelas de assistência médica, transporte para o trabalho e previdência privada;
- c) o pagamento do salário dar-se-á mediante recibo, do qual constará, obrigatoriamente, e de forma discriminada, todas as parcelas (créditos e descontos);
- d) em caso de dano causado pelo empregado no âmbito da empresa, é lícito o desconto salarial, desde que o empregado tenha agido com dolo, sendo vedado qualquer desconto quando agir com culpa;
- e) a habitação, a energia elétrica e o veículo fornecidos pelo empregador ao empregado, quando indispensáveis para a realização do trabalho, não têm natureza salarial, salvo se, no caso de veículo, seja ele utilizado pelo empregado também em atividades particulares.

Questão nº 05

No Brasil, tem-se a figura jurídica da estabilidade provisória. Diante disso, não gozam desse direito:

- a) os trabalhadores que sofreram acidente de trabalho, quando tenham recebido o benefício previdenciário correspondente;
- b) as gestantes, a partir da confirmação da gravidez;
- c) os empregados eleitos diretores de cooperativas constituídas no âmbito da empresa;
- d) os dirigentes sindicais eleitos, respeitado o limite previsto no artigo 522 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) quanto ao número de diretores;
- e) não existe alternativa correta.

Questão nº 06

Assinale a alternativa correta:

- a) as condições coletivas pactuadas pelo sindicato dos trabalhadores com o sindicato patronal fazem obrigar não só os empregadores integrantes da categoria, mas também a entidade sindical em relação aos seus próprios empregados;
- b) as convenções coletivas poderão ter prazo de vigência estipulado livremente pelas partes, garantido o direito de revisão periódica;
- c) os acordos e convenções coletivas, por serem fruto do consenso entre as partes, não permitem a terceiros a arguição judicial de nulidade de suas cláusulas;
- d) para que gozem de eficácia, os acordos coletivos celebrados extrajudicialmente deverão ser homologados pelo Tribunal Regional do Trabalho da região de seu âmbito de aplicação;
- e) as convenções coletivas permitem a exclusão da aplicação, aos empregados com idade inferior a 18 anos, de norma que fixa piso salarial, em face das condições especiais impostas à prestação laboral desses adolescentes;

Questão nº 07

Examine o enunciado abaixo e assinale, a seguir, a resposta correta:

O dono de uma padaria passou a utilizar uma criança de onze anos e seis meses de idade no trabalho de limpeza do estabelecimento e entrega de pães. O serviço era realizado diariamente, durante seis horas, de segunda a sexta-feira, mediante remuneração correspondente a R\$ 30,00 por semana. Ocorreu que um dia, a criança, inadvertidamente, inseriu uma das mãos na máquina de preparo da massa, vindo a perder os dedos, o que resultou em seu afastamento do trabalho.

- a) não obstante tratar-se de contrato de trabalho proibido pela Constituição Federal, e mesmo diante da incapacidade civil da criança, terá ela direito a uma indenização por danos morais;
- b) mesmo tratando-se de contrato de trabalho ilícito, por estar em desacordo com o limite de idade constitucional para o trabalho, a criança fará jus a todas as verbas e direitos trabalhistas, excluindo-se a indenização por danos extrapatrimoniais, diante da sua incapacidade civil;
- c) mesmo tratando-se de contrato de trabalho vedado constitucionalmente, a criança terá direito a todos os direitos trabalhistas, excluindo-se, porém, a assinatura da Carteira de Trabalho e a indenização por danos morais;
- d) a ilicitude do contrato de trabalho, em face da Constituição Federal, implica a sua nulidade, somente garantindo o direito à diferença de salário em relação ao mínimo legal e aos depósitos do FGTS;
- e) diante do caráter antijurídico da relação e da incapacidade civil da criança, não há de se falar em contrato de trabalho, assegurando-se à criança, porém, o direito a uma indenização compensatória;

Questão nº 08

Dois trabalhadores de uma empresa do ramo da construção civil foram surpreendidos com a notícia das respectivas demissões, sem alegação de motivo. As rescisões foram efetivadas, coincidentemente no mesmo mês em que, ambos, completaram 45 anos de idade. A surpresa se deveu ao fato de que além de serem qualificados para as funções que exerciam, havia muitas obras em andamento, propiciando até novas contratações, e o nível de produtividade individual estava na média dos demais empregados. Quando compareceram para receber as parcelas rescisórias, já que não eram portadores de qualquer tipo de estabilidade, tiveram acesso, por acaso, a um documento interno cujo conteúdo refletia a orientação do diretor administrativo para não se manter na empresa trabalhadores com idade superior a 40 anos.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

Diante disso, e de acordo com a lei aplicável à espécie, os dois trabalhadores dispensados, sendo vítimas de ato discriminatório:

- a) não têm direito, em face da rescisão, à readmissão, uma vez que não gozavam de qualquer tipo de estabilidade legal ou convencional, excluindo-se também a possibilidade de indenização, diante da ausência de configuração de lesão moral;
- b) têm o direito de optar entre a percepção, em dobro, da remuneração do período de afastamento, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais, e a readmissão com o pagamento integral das remunerações de todo o período de afastamento, com os acréscimos devidos de correção monetária e juros legais;
- c) têm direito exclusivamente à reintegração, com ressarcimento integral de todo o período de afastamento, mediante pagamento das remunerações devidas, corrigidas monetariamente, acrescidas dos juros legais;
- d) têm apenas direito ao recebimento das verbas rescisórias, sem a possibilidade legal de reintegração, em face da ausência de estabilidade, podendo pleitear indenização decorrente da caracterização do dano moral sofrido;
- e) têm direito à readmissão, sem a garantia de ressarcimento do período de afastamento.

Questão nº 09

Leia as afirmações abaixo e marque a alternativa correta:

I – A Constituição Federal de 1988 assegura aos trabalhadores urbanos o direito à percepção de adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres e perigosas, e aos trabalhadores rurais apenas o adicional relativo às duas últimas atividades (insalubres e perigosas);

II – O adicional de insalubridade será de quarenta, vinte ou dez por cento incidentes sobre o salário mínimo legal, conforme a exposição aos agentes nocivos à saúde venha a ser de grau máximo, médio ou mínimo. Os adicionais de periculosidade e de penosidade correspondem, respectivamente, aos percentuais de trinta e vinte por cento, calculados sobre o salário básico do trabalhador, sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa;

III – Todo trabalhador que exerce atividade legalmente caracterizada como insalubre, perigosa ou penosa fará jus à aposentadoria especial após vinte e cinco anos de exposição continuada aos respectivos agentes prejudiciais à saúde;

IV – O engenheiro de segurança do trabalho, regularmente habilitado, é o único profissional que a lei considera apto a realizar perícias técnicas para fins de

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

caracterização do exercício de atividade insalubre ou perigosa no âmbito do trabalho na indústria do petróleo. Nessa área, ao médico do trabalho, portador da habilitação devida, confere a lei a atribuição específica de realizar os exames de saúde dos trabalhadores;

V – É vedada legalmente a percepção cumulativa dos adicionais de insalubridade e periculosidade;

- a) todas as alternativas estão erradas;
- b) apenas a alternativa V está correta;
- c) apenas as alternativas III e V estão corretas;
- d) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e III estão corretas.

Questão nº 10

Examine as afirmações abaixo e marque a alternativa correta, de acordo com a Jurisprudência Sumulada do Tribunal Superior do Trabalho:

I – A contratação de trabalhadores por empresa interposta é ilegal, formando-se o vínculo diretamente com o tomador de serviços, excetuando-se, apenas, os casos de serviços de vigilância e limpeza;

II – Havendo inadimplemento das obrigações trabalhistas por parte do empregador, o tomador de serviços responderá, quanto a essas obrigações, de forma subsidiária, exceto quanto aos órgãos da Administração Pública direta, autarquias e fundações públicas;

III – Para que os órgãos da Administração Pública indireta respondam subsidiariamente pelos débitos relativos às obrigações trabalhistas dos empregados terceirizados que lhes prestaram serviços, é necessário que participem da relação processual e constem do título executivo judicial;

IV – Em caso de terceirização ilegal no âmbito de sociedade de economia mista submetida ao regime geral das empresas privadas, o vínculo de emprego poderá ser reconhecido diretamente com a tomadora dos serviços.

- a) as afirmações I, II e IV estão corretas;
- b) as afirmações I e III estão corretas;
- c) apenas a afirmação II está correta;
- d) apenas a afirmação III está correta;
- e) todas as afirmações estão incorretas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão nº 11

Sobre a Teoria da Constituição, observe as afirmações seguintes e assinale a alternativa correta:

I – A diferenciação entre Constituições rígidas e flexíveis diz respeito aos requisitos necessários à sua modificação, sendo a primeira somente possível mediante a elaboração de uma nova Constituição, por meio de uma Assembléia Constituinte, e a segunda através de reformas constitucionais previstas em procedimentos especiais, chamadas de propostas de emenda constitucional;

II – Pelo princípio da unidade da Constituição compete ao intérprete buscar a vontade unitária e harmônica da Constituição, eliminando contradições, antagonismos e antinomias;

III – A técnica de interpretação conforme a Constituição, inspirada na jurisprudência do Tribunal Constitucional alemão, expressa-se pela busca da preservação do ato normativo, dando-lhe, no entanto, interpretação compatível com o sentido normativo do Texto Constitucional;

IV – As normas constitucionais de eficácia contida exigem lei complementar, em sentido estrito, para produzirem plena eficácia;

V – Somente na vigência de estado de defesa e estado de sítio a Constituição Federal brasileira não poderá ser objeto de emenda.

- a) todas as afirmações estão incorretas;
- b) as afirmações II e V estão corretas;
- c) as afirmações I, III e IV estão corretas;
- d) as afirmações II e V estão corretas;
- e) as afirmações II e III estão corretas.

Questão nº 12

Assinale a alternativa correta:

a) compete aos Tribunais de Justiça dos Estados processar e julgar a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, em face da Constituição Federal;

b) a medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, quando concedida pelo Supremo Tribunal Federal, produz apenas efeitos *ex nunc*;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

- c) ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, poderá o Supremo Tribunal Federal, tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, em decisão tomada por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado;
- d) o *quorum* mínimo para julgamento de ação direta de inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal Federal, é de sete ministros;
- e) é obrigatória a audiência do Procurador-Geral da República em todas as ações diretas de inconstitucionalidade, e do Advogado-Geral da União, naquelas em que a lei ou ato normativo impugnado for de autoria de autoridade federal ou órgão integrante da administração pública federal.

Questão nº 13

De acordo com a Constituição Federal, são princípios gerais da atividade econômica, exceto:

- a) a defesa do consumidor;
- b) a propriedade privada;
- c) a soberania nacional;
- d) a erradicação da pobreza;
- e) a defesa do meio ambiente.

Questão nº 14

É de competência privativa da União legislar sobre:

- a) orçamento;
- b) previdência social;
- c) desapropriação;
- d) procedimentos em matéria processual;
- e) custas dos serviços forenses.

Questão nº 15

Considerando a nova redação do art. 114 da Constituição Federal, que trata da competência material constitucional da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

- a) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações sobre representação sindical, assim compreendidos os litígios intersindicais, aqueles entre sindicatos e trabalhadores e, ainda, entre sindicatos e empregadores;
- b) o rol de matérias sujeitas à competência da Justiça do Trabalho não é disposto de forma exaustiva pela Constituição, podendo, na forma da lei, ser-lhe atribuída outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho;
- c) segundo a jurisprudência do Plenário do Supremo Tribunal Federal, a Justiça do Trabalho é competente para julgar as ações que envolvam pedidos de danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho ou doença ocupacional, em face do empregador;
- d) a Emenda Constitucional nº 45/2004 atribuiu à Justiça do Trabalho a competência para aplicar, de ofício, aos empregadores, as multas administrativas pela inobservância da legislação trabalhista, decorrentes das sentenças que proferir;
- e) o novo inciso IV do art. 114 pôs fim ao longo dissenso jurisprudencial em torno da competência para conhecer e julgar o *habeas corpus* impetrado em face de prisão civil decretada por Juiz do Trabalho, atribuindo-se tal competência à Justiça do Trabalho.

Questão nº 16

Assinale a alternativa correta:

- a) estabelece a Constituição que funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para promoção na carreira da Magistratura do Trabalho;
- b) embora previsto na Constituição, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho somente poderá ser instalado após a publicação de lei ordinária disciplinando sua composição e funcionamento;
- c) as decisões do Conselho Superior da Justiça do Trabalho podem ter efeito vinculante, desde que referendadas pelo Plenário do Tribunal Superior do Trabalho;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

d) compete ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho exercer a supervisão administrativa sobre os Tribunais Regionais do Trabalho, cabendo a estes últimos exercer idêntica atribuição em relação aos Juízes do Trabalho de Primeira Instância;

e) A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho deverá ser regulamentada por lei no prazo de 180 dias, contados da publicação da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Questão nº 17

Sobre o Poder Judiciário, é incorreto afirmar:

a) é obrigatória a promoção de juiz que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

b) o juiz residirá na respectiva comarca, salvo autorização do Conselho Nacional de Justiça;

c) as decisões administrativas dos tribunais serão tomadas em sessão pública, com a devida fundamentação;

d) nos tribunais com mais de vinte e cinco membros, poderá ser instituído órgão especial, sendo que metade de seus membros deve ser eleita pelo respectivo Tribunal Pleno;

e) o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população.

Questão nº 18

Observe as afirmações abaixo e assinale, em seguida, a alternativa correta:

I – O Magistrado adquire vitaliciedade após estágio probatório de dois anos de exercício, podendo, antes do vitaliciamento, perder o cargo por decisão administrativa do Tribunal;

II – A garantia da inamovibilidade não é absoluta no regime constitucional brasileiro, podendo o Magistrado ser removido por interesse público, desde que a decisão seja tomada por dois terços dos membros do Tribunal;

III – A chamada ‘quarentena’ da Magistratura, instituída pela Emenda Constitucional nº 45/2004, impõe a vedação ao Juiz para exercer a advocacia junto ao Tribunal do qual se afastou antes de decorrido o período de dois anos;

IV – Aos juízes é vedado dedicar-se à atividade associativa;

V – Os juízes poderão delegar a servidores do Judiciário a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório.

- a) as afirmações I e III estão corretas;
- b) as afirmações II e III estão corretas;
- c) as afirmações II e IV estão corretas;
- d) as afirmações I e V estão corretas;
- e) as afirmações II e V estão corretas;

DIREITO CIVIL

Questão nº 19

Tendo em vistas as afirmações seguintes, aponte a alternativa correta:

De acordo com a legislação civil em vigor:

I – Não ocorre a prescrição da pretensão de natureza declaratória, que poderá ser deduzida em juízo a qualquer tempo;

II – Admite-se a renúncia tácita da prescrição e da decadência, refletida pela prática de atos do interessado incompatíveis com a sua ocorrência;

III – Não se admite, expressamente, a alteração dos prazos prescricionais, por acordo entre as partes;

IV – Permite-se que a parte interessada alegue a prescrição do direito, ainda que pela primeira vez, em sede de recurso especial;

V – Em qualquer caso poderá o juiz conhecer a prescrição, de ofício, quando favorecer a Fazenda Pública.

- a) apenas a alternativa V está correta;
- b) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- c) apenas a alternativa III está correta;
- d) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- e) apenas a alternativa I está correta.

Questão nº 20

No que diz respeito à prova dos fatos jurídicos, assinale a resposta correta:

- a) os maiores de catorze e os menores de dezoito anos podem ser admitidos como testemunhas, em qualquer caso;
- b) admite a lei, independentemente da vontade da parte, a possibilidade de determinação judicial para realização obrigatória de exame médico, desde que seja imprescindível à solução da questão e esteja devidamente fundamentada esta circunstância na decisão;
- c) o instrumento particular devidamente elaborado e assinado constitui prova dos fatos nele declarados, operando efeitos em relação a terceiros, independentemente de registro público;
- d) o juiz pode admitir o depoimento do amigo íntimo ou inimigo capital de uma das partes, na hipótese de prova de fatos que apenas eles conheçam;
- e) a pessoa portadora de deficiência mental não pode ser admitida, em nenhuma hipótese, como testemunha.

Questão nº 21

No campo do direito das obrigações, é correto afirmar:

- I – A cessão de crédito somente tem eficácia em relação ao devedor quando houver a sua expressa e formal anuência;
- II – Verifica-se a proibição geral de se convencionar o pagamento de uma obrigação em moeda estrangeira, mas admite-se a sua utilização, como indexador, para efeito de correção das parcelas convencionadas nos contratos de compra e venda de imóvel rural;
- III – Ocorrendo a inadimplência da prestação contratual, os juros de mora incidentes corresponderão ao percentual de 1% ao mês, calculados sobre o valor da parcela vencida, salvo se for parte a Fazenda Pública, quando será aplicada a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos federais;
- IV – A cláusula penal ou *astreinte*, modalidade de sanção imposta à parte inadimplente, pode, excepcionalmente, quando o contrato se referir a uma prestação de fazer, exceder o valor da obrigação principal;
- V – A incidência dos juros de mora, em face do inadimplemento da obrigação, condiciona-se à constatação da ocorrência de prejuízos para o devedor.

- a) apenas a alternativa IV está correta;
- b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) apenas as alternativas I e V estão corretas;
- d) apenas a alternativa I está correta;
- e) todas as alternativas estão erradas.

Questão nº 22

Examine o enunciado abaixo e marque a resposta correta:

Um indivíduo, apresentando-se como especialista em medicina desportiva, foi contratado por um clube de futebol para realizar exames médicos e avaliação física completa nos atletas da equipe. O preço do serviço foi acertado pelas partes, por escrito, em parcela única de R\$ 5.000,00, que seria paga ao final. O serviço foi prestado a contento, inclusive recebendo elogios dos atletas. Todavia, antes de ser efetivado o pagamento, descobriu-se que o mencionado profissional não era médico, nem também possuía qualquer habilitação na área de saúde. De acordo com a lei civil:

- a) como houve a prestação integral do serviço, com dispêndio de energia e tempo, sem possibilidade de retorno ao *status quo ante*, garante-se, em face do contrato, uma indenização compensatória ao prestador, a ser arbitrada pelo juiz;
- b) não há direito a nenhum pagamento, em decorrência do contrato firmado;
- c) tendo sido prestado o serviço a contento e atingida a finalidade do contrato, o prestador possui o direito de receber o pagamento integral, sob pena de configurar-se o enriquecimento indevido de uma das partes;
- d) o prestador do serviço faz jus ao pagamento com redução de até a metade do total acertado, conforme seja arbitrado pelo juiz, diante da ausência de qualificação para o trabalho contratado, que implica diminuição objetiva do valor pactuado;
- e) somente se não houver condenação na esfera criminal é que terá direito o prestador do serviço a receber o pagamento convencionado.

Questão nº 23

Leia o enunciado abaixo e indique, a seguir, a resposta correta:

O supervisor da área de controle de qualidade de uma indústria de laticínios, doutor em ciências biológicas, não detectou a presença de um produto tóxico em

um lote de caixas de leite em pó que foi levado à venda. Em decorrência do consumo do produto, mais de cem de pessoas tiveram graves problemas de saúde, que resultaram em gastos com internação hospitalar e medicamentos, além de seqüelas físicas irreversíveis. A causa dos problemas veio a ser esclarecida por meio de exame laboratorial. Diante disso, é correto afirmar:

a) a responsabilidade da empresa, no campo civil, por ser de natureza objetiva, obriga à indenização dos danos materiais suportados pelas vítimas, enquanto que os danos morais são de responsabilidade do supervisor, considerando a necessidade de ser provada a lesão neste campo, em decorrência do seu caráter subjetivo;

b) a empresa e o supervisor responderão solidariamente pelos danos materiais e morais, sendo imprescindível a comprovação da ocorrência de conduta culposa ou dolosa para a garantia da indenização das vítimas;

c) a empresa responderá integralmente pelos danos causados, abrangendo até aqueles de natureza extrapatrimonial, independentemente da ocorrência de culpa ou dolo e sem a necessidade de investigação da conduta do supervisor, ou de sua participação no processo;

d) a empresa responderá integralmente pelos danos sofridos pelas vítimas, inclusive os de natureza moral, sem que haja a necessidade de se provar a existência de culpa, em face da responsabilidade subjetiva incidente, não assegurando a lei, nesta hipótese, o direito de regresso contra o supervisor;

e) a empresa somente responderá pelos danos, integralmente, se restar comprovado dolo ou culpa na conduta do supervisor, esta última nas modalidades de imprudência, negligência ou imperícia.

Questão nº 24

Em face das assertivas seguintes, aponte a resposta incorreta:

De acordo com o regramento dado às sociedades pelo novo Código Civil:

I – Na sociedade em comum, apenas o sócio administrador responde solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais;

II – Na sociedade simples, os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais;

III – Na sociedade limitada, é solidária a responsabilidade dos sócios pela integralização do capital social;

IV – Na sociedade cooperativa, sempre será limitada a responsabilidade dos sócios pelas obrigações sociais, respondendo cada um pelo valor de suas quotas;

V – Na sociedade simples, apenas os administradores respondem solidariamente perante a sociedade e os terceiros prejudicados, por culpa no desempenho das respectivas funções.

- a) apenas as alternativas I e IV estão erradas;
- b) apenas a alternativa I está errada;
- c) apenas a alternativa V está errada;
- d) apenas as alternativas I e III estão erradas;
- e) apenas as alternativas III e V estão erradas.

Questão nº 25

Diante das assertivas seguintes, versando sobre *bem de família*, marque a resposta incorreta:

- a) o devedor de dívida trabalhista, solteiro, com casamento agendado, tem a garantia da impenhorabilidade do único imóvel de que é proprietário e nele reside sozinho;
- b) a impenhorabilidade do imóvel residencial próprio do casal, considerado bem de família, compreende também os equipamentos móveis de uso profissional nele instalados;
- c) a constituição do bem de família pelos cônjuges sujeita-se, para a sua formalização, a registro no competente cartório de imóveis;
- d) mesmo com a constituição do imóvel como bem de família, estará ele sujeito à penhora se a dívida executada decorrer do não pagamento das despesas do IPTU (Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana), e, também, de parcela do condomínio a que se ache integrado;
- e) mesmo sendo o único imóvel do casal, poderá ser penhorado para fins de pagamento de débito de trabalhador doméstico que prestou serviços à família na própria residência.

DIREITO PENAL

Questão nº 26

Em operação fiscal voltada para o combate ao trabalho escravo, constatou-se que o Sr. Biu Seixeiro, preposto da Fazenda Rural Brejo da Lama Ltda., contratou, em 02 de janeiro de 2005, trabalhadores nos Estados de Tocantins e Piauí, para trabalharem na referida fazenda, situada no interior do Estado do Rio Grande do Norte. O referido preposto cobrou a quantia de R\$ 30,00 (trinta reais) de cada trabalhador, alegando que seria destinada ao pagamento do transporte que os levaria para a fazenda, situada às margens da rodovia BR 101, em local onde transitam linhas regulares de ônibus estaduais e interestaduais. Verificou-se, ainda, que a empresa anotou os contratos laborais nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social dos trabalhadores, consignando, inveridicamente, o dia 10 de maio de 2005 como a data do início da prestação do serviço, e também a ausência do recolhimento das contribuições previdenciárias, desde o começo dos contratos de trabalho. Ante as irregularidades encontradas, a empresa foi autuada pelos Auditores Fiscais do Trabalho e pelos Auditores Fiscais da Previdência Social. Diante dos fatos, é correto afirmar:

- a) não há conduta criminosa na ação do Sr. Biu Seixeiro, pois é livre o trânsito de trabalhadores no território nacional;
- b) não há conduta criminosa na ação do Sr. Biu Seixeiro, pois os trabalhadores não foram reduzidos à condição análoga à de escravo;
- c) o Sr. Biu Seixeiro é o sujeito ativo do crime de aliciamento de trabalhadores, mas somente responde pelos crimes de Falsificação na Anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social e de Sonegação de Contribuição Previdenciária, se for o responsável, na empresa, por proceder àquela anotação e por efetuar o recolhimento da contribuição previdenciária;
- d) não há conduta criminosa na ação do Sr. Biu Seixeiro, pois o dinheiro cobrado dos trabalhadores destinou-se a levá-los para o local de trabalho, não sendo a empresa obrigada a custear o transporte, já que o local da Fazenda não é de difícil acesso;
- e) o Sr. Biu Seixeiro é o sujeito ativo dos crimes de Aliciamento de Trabalhadores, de Falsificação na Anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social e de Sonegação de Contribuição Previdenciária, pois é preposto da empresa.

Questão nº 27

Roberval Morango pagou o salário do seu empregado, de nome Jamanta Cruz, por meio de um cheque sem suficiente provisão de fundos. A conduta do empregador constitui crime de:

- a) fraude no pagamento por meio de cheque;
- b) emissão irregular de cheque;
- c) frustração de direito assegurado por lei trabalhista;
- d) retenção dolosa de salário;
- e) fraude na entrega de coisa.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Questão nº 28

Considere as disposições da Consolidação das Leis do Trabalho atinentes ao processo de execução e marque a alternativa incorreta:

- a) são títulos executivos no Processo do Trabalho não somente as decisões dos Juízes e Tribunais do Trabalho, como também os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os Termos de Compromisso celebrados junto aos órgãos do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como os Termos de Conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia;
- b) citado o reclamado para pagamento, pode o mesmo indicar bens à penhora no prazo de 48 horas, hipótese em que será observada a ordem preferencial estabelecida no Código de Processo Civil;
- c) na falta de Oficial de Justiça Avaliador, poderá o Juiz do Trabalho designar qualquer outro serventário do Juízo para a prática de atos de execução;
- d) durante a arrematação, os bens penhorados serão vendidos pelo maior lance, podendo o exequente requerer a adjudicação, detendo a preferência, caso sejam equivalentes os lances;
- e) pode o arrematante oferecer, no ato da hasta pública, apenas 20% do valor global do seu lance, mas terá que depositar o restante no prazo de 24 horas, sob pena de perder aquele sinal em benefício da execução.

Questão nº 29

Diante das afirmativas seguintes, marque a resposta correta:

O inquérito civil manejado pelo Ministério Público do Trabalho:

I – É instrumento de instauração facultativa, razão pela qual a ação civil pública pode ser diretamente proposta, sem a necessidade de existência de qualquer procedimento prévio;

II – Enseja o respeito ao princípio do contraditório, à luz da garantia assegurada constitucionalmente às partes;

III – Assemelha-se a um típico processo administrativo, objetivando a produção de provas, distinguindo-se da natureza inquisitiva do inquérito policial;

IV – Permite a imposição de sigilo em sua tramitação, como garantia do resultado da investigação, mesmo em face da natureza trabalhista das irregularidades apuradas;

V – Possibilita o conhecimento de informações bancárias e fiscais da parte investigada, por meio de requisição de iniciativa do Procurador do Trabalho que preside o procedimento.

- a) apenas a alternativa III está errada;
- b) apenas as alternativas II e III estão erradas;
- c) apenas as alternativas III e IV estão erradas;
- d) apenas as alternativas II e V estão erradas;
- e) as alternativas II, III e IV estão erradas.

Questão nº 30

De acordo com as afirmações seguintes, aponte a resposta correta:

Constituem atribuições legais do Ministério Público do Trabalho:

I – Atuar como árbitro, por solicitação das partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho;

II – Requerer revisão das Súmulas de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;

III – Propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos índios no âmbito da Justiça do Trabalho;

IV – Promover o mandado de injunção na Justiça do Trabalho;

V – Realizar inspeções, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais.

- a) apenas a alternativa IV está errada;
- b) apenas a alternativa V está errada;
- c) todas as alternativas estão corretas;
- d) apenas as alternativas I e V estão erradas;
- e) apenas as alternativas III e IV estão erradas.

Questão nº 31

Na defesa de interesses coletivos respeitantes à esfera da proteção jurídica à intimidade dos trabalhadores da categoria, de acordo com a lei, o sindicato:

- a) possui legitimidade para ajuizar ação civil pública, desde que esteja devidamente autorizado pela categoria profissional em assembleia geral;
- b) não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública, considerando que a hipótese enquadra-se no campo de legitimação do Ministério Público do Trabalho;
- c) possui legitimidade para ajuizar ação civil pública, independentemente de autorização da assembleia geral da categoria ou dos trabalhadores vítimas da conduta irregular;
- d) possui legitimidade para ajuizar ação civil pública, desde que apresente a identificação dos trabalhadores individualmente atingidos pela conduta irregular;
- e) não possui legitimidade para ajuizar ação civil pública, considerando que a natureza do interesse tutelado é extrapatrimonial, implicando em pleito de dano moral coletivo.

Questão nº 32

Em conformidade com as afirmações seguintes, indique a resposta correta:

Considerando a ação civil pública proposta na Justiça do Trabalho:

I – A Vara do Trabalho do local onde ocorreu o dano terá competência funcional, de natureza absoluta e inderrogável, para processar e julgar a causa, tratando-se de tutela de direitos da coletividade de trabalhadores das empresas de transporte coletivo municipal;

II – O objeto da demanda, quando se tratar de tutela do meio ambiente do trabalho, restringir-se-á ao cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, traduzida na imposição de conduta ativa ou omissiva;

III – Os sindicatos possuem legitimação exclusiva para o seu ajuizamento, quando se tratar da defesa de interesses individuais homogêneos;

IV – Não se aplicam as disposições de natureza processual do Código de Defesa do Consumidor, em face da primazia das normas da CLT relativas ao processo laboral e da aplicação subsidiária do processo civil;

V – Se o Ministério Público não ocupar o pólo ativo, atuará obrigatoriamente como *custos legis*, sob pena de nulidade processual.

- a) apenas a alternativa V está correta;
- b) todas as alternativas estão erradas;
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- d) apenas as alternativas II, IV e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e V estão corretas

Questão nº 33

À vista da ação civil pública trabalhista:

I – Haverá litispendência em relação às ações individualmente propostas sobre a mesma matéria;

II – A sentença fará coisa julgada *erga omnes* apenas no caso de procedência do pedido, beneficiando todos os integrantes da coletividade vitimada;

III – Tratando-se da tutela de direitos individuais homogêneos e julgando-se procedente o pedido, a condenação será específica, fixando o juiz na sentença o valor dos danos sofridos por cada trabalhador atingido;

IV – É lícito ao juiz, a pedido da parte e nos próprios autos, conceder a tutela liminarmente, mesmo sem ouvir o réu, quando for esta pessoa jurídica de direito privado, desde que estejam presentes os requisitos da relevância do fundamento da demanda e do receio justificado de ineficácia do provimento final;

V – A sentença fará coisa julgada *ultra partes* quando for o pedido julgado improcedente, após o exaurimento do conteúdo probatório, hipótese em que nenhum dos trabalhadores integrantes da coletividade, grupo, categoria ou classe poderá ajuizar ações individuais.

- a) apenas as alternativas II e IV estão corretas;
- b) apenas as alternativas III e IV estão corretas;
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- d) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e IV estão corretas.

Questão nº 34

Em face dos princípios que informam o Processo do Trabalho, analise as assertivas seguintes e aponte a resposta correta:

I – De acordo com o princípio inquisitivo, o Juiz do Trabalho terá ampla liberdade na direção do processo, velando pelo andamento rápido das causas, mas não pode determinar diligências probatórias sem que haja requerimento da parte, sob pena de quebra da imparcialidade;

II – Considerando a atual estrutura e funcionamento da Justiça do Trabalho, aplica-se o princípio da identidade física do juiz, que impõe ao Magistrado que concluir a audiência a obrigação de julgar a lide, ainda que esteja convocado para o Tribunal;

III – O princípio do juiz natural não impede que o Presidente do Tribunal Regional convoque Juiz do Trabalho Substituto, versado em segurança e saúde do trabalho, para participar de sessão de julgamento da Corte, que tenha em pauta recurso ordinário tratando sobre tema complexo envolvendo a caracterização de periculosidade;

IV – O princípio da motivação das decisões não impede que o Juiz do Trabalho decida reinquirir uma testemunha, mesmo sem fundamentar, na ata, a sua iniciativa;

V – Não se aplica o princípio da *non reformatio in pejus* quando o Tribunal Regional do Trabalho, em sede de reexame necessário, retifica o percentual do adicional de insalubridade deferido pela decisão de Primeiro Grau, alterando-o de 30% para 40%;

- a) todas as afirmações estão incorretas;
- b) apenas as afirmações I e III estão corretas;
- c) apenas as afirmações I e IV estão corretas;
- d) apenas a afirmação IV está correta;
- e) apenas a afirmação I está correta.

Questão nº 35

Com referência às sentenças trabalhistas, é correto dizer que houve julgamento:

a) *ultra petita*, quando o Juiz do Trabalho defere na sentença o acréscimo, ao valor da condenação, de correção monetária, embora não requerida na petição inicial;

- b) *extra petita*, quando o Juiz do Trabalho concede a reintegração do empregado detentor de estabilidade, mesmo que apenas tenha este requerido a indenização em dobro;
- c) *extra petita*, quando o Juiz do Trabalho defere indenização por danos extrapatrimoniais em valor acima do pleiteado pela parte ofendida;
- d) *citra petita*, quando o Juiz do Trabalho concede horas extras em número inferior ao pleiteado pela parte reclamante;
- e) *ultra petita*, quando o Juiz do Trabalho, apreciando pedido de indenização pela frustração do benefício do seguro-desemprego, opta por condenar o empregador na obrigação de fornecer a respectiva documentação, sob pena de multa diária.

Questão nº 36

Ao promover a sua defesa, a reclamada pretendia argüir a prescrição quinquenal, bem como a compensação e retenção de valores pagos durante o contrato ao empregado. Porém, não o fez por ocasião da contestação. Diante disso, é correto afirmar:

- a) a argüição da prescrição poderá ser feita até as alegações finais, não podendo a parte interessada fazê-la nas contra-razões de recurso;
- b) a argüição da prescrição e da compensação se limita ao momento da contestação, por ser matéria de mérito da defesa e, vencida essa etapa, opera-se a preclusão;
- c) a argüição da prescrição e da compensação é matéria de mérito da defesa e, como tal, poderá ser argüida na instância ordinária;
- d) a prescrição poderá ser argüida na instância ordinária, ou seja, até o recurso ou contra-razões, enquanto a compensação limita-se à contestação;
- e) a prescrição poderá ser argüida até o recurso de revista, enquanto a retenção poderá ser argüida até na liquidação da sentença.

Questão nº 37

Com relação aos embargos declaratórios no âmbito do Direito Processual do Trabalho, é incorreto afirmar:

- a) podem ser opostos contra sentenças ou acórdãos, no prazo de cinco dias;
- b) a sua interposição suspende o prazo recursal;

- c) quando tenham por objeto pedido de efeito modificativo no julgado, ensejam, obrigatoriamente, oportunidade para manifestação da parte contrária;
- d) quando intempestivos, não produzem efeitos sobre o prazo para interposição de recurso cabível;
- e) admitem efeito modificativo para afastar a intempestividade de recursos ou qualquer outro requisito extrínseco destes.

DIREITO COMERCIAL

Questão nº 38

Diante das afirmações seguintes, indique a resposta correta:

Tratando-se de liquidação extrajudicial de sociedades e instituições financeiras:

I – As cooperativas de crédito não se sujeitam, por força de exclusão legal, ao procedimento de liquidação extrajudicial decretado pelo Banco Central do Brasil;

II – Será decretada pelo Banco Central do Brasil a liquidação extrajudicial de instituição financeira pública federal, na hipótese de ausência de recolhimento dos depósitos do FGTS dos empregados, por período superior a seis meses;

III – O liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, considerando os amplos poderes de administração que detém, poderá demitir e contratar empregados, e, inclusive, nesta última hipótese, fixar o valor das respectivas remunerações;

IV – Os débitos trabalhistas de instituição financeira sujeita à liquidação extrajudicial não sofrem a incidência de juros de mora;

V – A decretação, pelo Banco Central do Brasil, de liquidação extrajudicial de instituição financeira, suspende o prosseguimento da execução trabalhista até o momento da publicação da lista de credores preferenciais e bens disponíveis, garantida, entretanto, a correção monetária do débito no período.

- a) apenas a alternativa IV está correta;
- b) apenas a alternativa III está correta;
- c) apenas as alternativas IV e V estão corretas;
- d) apenas as alternativas III e V estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e IV estão corretas.

Questão nº 39

Em face das assertivas seguintes, aponte a resposta correta:

De acordo com a nova Lei de Falências:

I – Não se encontram excluídas da sua aplicação as sociedades de economia mista, tendo em vista regerem-se tais empresas pelo regime jurídico de direito privado;

II – Excluem-se da sua aplicação as empresas de consórcios e as sociedades seguradoras;

III – O crédito trabalhista de natureza salarial classifica-se em primeiro lugar, sem limite de valor, e o crédito trabalhista de natureza indenizatória limita-se ao valor de 150 salários mínimos;

IV – Os créditos decorrentes de acidentes de trabalho, em face da sua natureza, não gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas de natureza salarial;

V – Os créditos trabalhistas cedidos a terceiros não gozam de nenhum privilégio.

- a) apenas as alternativas I e II estão corretas;
- b) apenas as alternativas I e V estão corretas;
- c) apenas as alternativas II e V estão corretas;
- d) apenas a alternativa II está correta;
- e) todas as alternativas estão incorretas.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão nº 40

Quanto ao procedimento sumário no Direito Processual Civil, é incorreto afirmar:

a) deve ser observado nas causas cujo valor não exceda a sessenta salários mínimos;

b) não se aplica às ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, como as que envolvem, por exemplo, investigação de paternidade, suspensão ou destituição de pátrio poder e anulação de casamento;

c) independentemente do valor, deve ser observado o procedimento sumário nas causas que versem sobre danos decorrentes de acidente automobilístico e sobre cobrança de taxas de condomínio;

d) pode o réu apresentar, por ocasião da defesa, pedido contraposto em seu favor, aspecto que confere caráter dúplice à ação que tramita pelo rito sumário;

e) verificando Juiz, após apreciar impugnação ao valor da causa, que esta supera o limite legal, será de pronto proferida sentença de extinção do feito sem exame do mérito, podendo idêntica pretensão ser novamente apresentada em outra demanda, desta feita processada pelo rito ordinário.

Questão nº 41

Quanto aos recursos, é correto afirmar:

a) cabe recurso de apelação apenas contras as decisões definitivas, posto que, contra as decisões terminativas, o recurso adequado é o agravo de instrumento;

b) o princípio da fungibilidade também expressa que, em face de cada decisão judicial, há, em regra, um recurso correspondente previsto na lei processual;

c) o recorrente poderá, a qualquer tempo, desistir do recurso, independentemente da anuência do recorrido;

d) a apelação devolve ao tribunal toda matéria discutida na lide, mas o tribunal só examinará os fundamentos adotados pela sentença;

e) no agravo de instrumento para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, as cópias das peças processuais poderão ser declaradas autênticas pelo advogado ou pela parte, sob sua responsabilidade pessoal.

Questão nº 42

No que se refere ao processo de execução, observe as afirmações abaixo e, em seguida, assinale a opção correta:

I – A venda de um automóvel de propriedade da parte executada pode ser considerada fraude à execução, especialmente se, no processo de execução a que responde, existe citação válida e ainda se aguarda a identificação e localização de bens do devedor para efeito de penhora e expropriação judicial;

II – Considera-se ato atentatório à dignidade da justiça o comportamento omissivo do executado de não indicar a localização de bens sujeitos à execução;

III – A legislação processual estabelece como vil o lance ofertado em arrematação inferior a, pelo menos, 40% do valor constante do laudo da avaliação do bem;

IV – No dia da praça, caso deferido o lance, o juiz deverá assinar o competente auto de arrematação, a partir de quando será considerada perfeita, acabada e irreatável a arrematação;

V- Toda pessoa que estiver na livre administração de seus bens pode participar da praça, oferecendo lance, salvo aqueles a quem foi confiada a guarda e a responsabilidade dos bens pracedados.

- a) nenhuma das afirmações está correta;
- b) apenas a afirmação IV está correta;
- c) as afirmações I, IV e V estão corretas;
- d) as afirmações III e IV estão incorretas;
- e) as afirmações I, III e IV estão corretas.

Questão nº 43

Quanto aos embargos do devedor, examine as afirmações abaixo e assinale, a seguir, a alternativa correta:

I – Os embargos do devedor possuem natureza jurídica híbrida, porquanto ostentam características de objeção de caráter incidental e de recurso de natureza ordinária para o mesmo Juízo da execução;

II – Constitui pressuposto para o conhecimento dos embargos a segurança do juízo, que se opera com o recolhimento tempestivo do preparo;

III – Nos embargos, pode ser alegado excesso de execução, porém a nulidade do título executivo deve ser buscada através da exceção de pré-executividade;

IV - Constitui excesso de execução a constrição judicial de bem cuja avaliação é superior ao valor do crédito do exeqüente;

V – É princípio processual que a execução se processe pelo modo menos gravoso ao executado.

- a) apenas uma afirmação está correta;
- b) apenas duas afirmações estão corretas;
- c) apenas três afirmações estão corretas;
- d) apenas quatro afirmações estão corretas;
- e) todas as afirmações estão corretas.

Questão nº 44

Ajuizada medida cautelar preparatória, houve o seu deferimento pelo Juiz, em caráter liminar, considerando a presença dos seus requisitos autorizadores. Efetivada a medida, o requerente deverá propor a ação principal em:

- a) cinco dias;
- b) quinze dias;
- c) dez dias;
- d) oito dias;
- e) trinta dias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão nº 45

Leia o enunciado abaixo e marque a opção correta:

Integra, na forma legal, a administração pública indireta. Sua criação depende de expressa autorização legislativa. É pessoa jurídica de direito público, possui capacidade de auto-administração e patrimônio próprio, exercendo atividade típica da administração pública. Constitui, por fim, forma de descentralização administrativa em face da especialização dos fins ou atividades.

Estas são as características da:

- a) empresas públicas;
- b) fundações públicas;
- c) organizações não governamentais (ONGs);
- d) sociedades de economia mista;
- e) autarquias.

Questão nº 46

De acordo com as assertivas seguintes, indique a alternativa correta:

I – A existência, em nosso país, de uma jurisdição administrativa específica para o controle dos atos administrativos caracteriza o sistema unitário, de origem anglo-americana;

II – A convalidação de ato administrativo praticado em desacordo com a lei resulta na retroação dos seus efeitos à data da prática do respectivo ato;

III – A revogação do ato administrativo possui caráter discricionário, e os efeitos dele decorrentes são *ex nunc*;

IV – A anulação e também a revogação do ato administrativo podem ser decretadas pelo Poder Judiciário, considerando a extensão do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, inclusive em sede de controle judicial dos atos da administração;

V – Consideram-se atributos do ato administrativo a presunção de legitimidade e de veracidade, a imperatividade, a discricionariedade, a executoriedade e a tipicidade.

- a) as alternativas I, IV e V estão erradas;
- b) apenas as alternativas I e V estão erradas;
- c) as alternativas III e V estão erradas;
- d) todas as alternativas estão erradas;
- e) apenas as alternativas I e IV estão erradas.

Questão nº 47

De acordo com as assertivas seguintes, indique a alternativa correta:

I – Decorre da aplicação do princípio da supremacia do interesse público o reconhecimento da validade de ato praticado por funcionário irregularmente investido no cargo ou função, sob fundamento de que os atos são do órgão e não do agente público, como pessoa física;

II – Em vista do princípio da eficiência, o particular que pactua com a Administração Pública passou a ter o direito de invocar a *exceptio non adimpleti contractus*, considerando a responsabilidade e o resultado necessário nas obrigações decorrentes da execução do contrato;

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

III – Em decorrência do princípio da hierarquia, que é restrito às funções administrativas e não aplicável às funções tipicamente legislativas e judiciais, a Administração Pública possui a prerrogativa de delegar e avocar atribuições, e também de rever os atos dos subordinados;

IV – Considerando a relevância e o alcance do princípio da legalidade no agir da Administração, a legitimidade e a veracidade atribuídas aos seus atos gozam da presunção *juris et de jure*;

V – Diante da fundamentalidade do princípio da publicidade dos atos administrativos, o ordenamento constitucional garante o amplo direito de todos a receber dos órgãos públicos informações de interesse particular ou coletivo, sem quaisquer restrições.

- a) apenas as alternativas I e V estão corretas;
- b) apenas as alternativas I e III estão corretas;
- c) apenas a alternativa III está correta;
- d) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- e) apenas as alternativas II e III estão corretas;

Questão nº 48

De acordo com as assertivas seguintes, indique a alternativa correta:

Tendo em vista a legislação específica sobre improbidade administrativa:

I – Veda-se expressamente a possibilidade de transação ou conciliação nas ações propostas pelo Ministério Público para apurar a responsabilidade de agente público;

II – As sanções previstas possuem natureza administrativa, como a perda da função pública, e penal, a exemplo da multa de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente;

III – A omissão do agente público que viola o dever de legalidade, como deixar de praticar ato de ofício, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração;

IV – A aplicação das sanções previstas para a punição dos atos de improbidade administrativa condiciona-se à efetiva demonstração de ocorrência de dano ao patrimônio público;

V – A suspensão dos direitos políticos, como decorrência da prática de ato de improbidade administrativa de natureza gravíssima, é medida sancionatória preventiva, que pode ser decretada em sede de antecipação de tutela de mérito na ação civil pública.

- a) apenas a alternativa I está correta;
- b) apenas a alternativa III está correta;
- c) apenas as alternativas III e V estão corretas;
- d) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- e) apenas as alternativas I e III estão corretas.

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

Questão nº 49

Em face das afirmativas seguintes, indique a resposta correta:

A Organização Internacional do Trabalho (OIT):

I – É um órgão especializado que compõe a estrutura administrativa da Organização das Nações Unidas (ONU), não possuindo *status* de pessoa jurídica de direito público internacional;

II – É integrada, em sua estrutura orgânica principal, pela Conferência Internacional do Trabalho, pelo Conselho de Administração e pela Comissão de Aplicação de Normas;

III – Possui estrutura bipartite na composição dos principais órgãos colegiados, composta por delegados representantes dos trabalhadores e dos empregadores;

IV – Tem como órgão colegiado de direção superior a Repartição Internacional do Trabalho;

V – Possui competência ampla, abrangendo questões de Direito do Trabalho e também de Seguridade Social.

- a) apenas a alternativa II está correta;
- b) apenas as alternativas I e IV estão corretas;
- c) apenas a alternativa I está correta;
- d) apenas a alternativa V está correta;
- e) nenhuma das alternativas está correta.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Questão nº 50

São princípios específicos da Previdência Social no Brasil:

- a) o da solidariedade e o do direito adquirido;
- b) o da diversidade da base de custeio e o da precedência do benefício em relação ao custeio;
- c) o da tríplice base de custeio e o da irredutibilidade salarial;
- d) o da ampla defesa e do contraditório e o da equidade na forma de participação no custeio;
- e) o da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e o da precedência do custeio em relação ao benefício.